

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

Comemorações do bi-centenário do seu nascimento

O FUNDADOR DA MARINHA DE GUERRA BRASILEIRA

Embora seja a nossa Marinha vergôntea destacada da Marinha portuguesa — herdeiros que fomos de sua tradição e de seus primeiros elementos materiais e mesmo de seu pessoal — aquela, com características nacionais, pertencendo a uma nação soberana, é obra de José Bonifácio, a quem deve o Brasil também a sua emancipação política. Ele soube escolher o momento propício para levar a cabo essa emancipação. Se o fizesse antes, talvez o colosso brasileiro se tivesse fragmentado, multiplicando nações. Se o retardasse teria perdido a grande oportunidade que êle aproveitou dando a coroa do Império da América ao próprio filho do rei que nos governara desde 1808 em nosso próprio solo. Salvou-se, assim, a unidade pátria e fêz, como desejava José Bonifácio, como êle ambicionava, o Brasil nação livre!

* * *

A vida de José Bonifácio é daquelas que atraem porque é exemplo e lição: exemplo de co-

ração animado de nobreza e de inteligência; lição de caráter forte e retilíneo.

Iniciado na Ciência, fêz-se mestre. O mestre tornou-se o administrador e êste, o político. Completava-o o homem de letras, sendo versado nas literaturas portuguesa, inglêsa e alemã. Era, pois, home maltamente instruído. Dizem os seus bió-



JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA
E SILVA

grafos que José Bonifácio falava fluentemente seis idiomas, incluindo o grego e o latim.

* * *

Em 1819 volta à Pátria, depois de uma ausência de 36 anos, porque sentiu que ela precisava dos seus préstimos para a grande causa dos seus patricios — a Emancipação, a Independência. E ei-lo que põe todo o seu valor a serviço das nobres causas do Brasil.

De parceria com os seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco — trindade augusta — agiu no sentido de dar à sua Pátria governo próprio, a fim de que pudesse ser politicamente uma nação. Daí por diante a história de José Bonifácio une-se intimamente à da Pátria.

Impondo as Côrtes de Lisboa o retorno de Dom João VI e não tendo o monarca — que tanto bem fêz ao Brasil, digamos de passagem, fazendo-lhe comezinha justiça — dúvida quanto à proximidade da nossa independência, ao voltar a Portugal deixou seu filho, que jamais o veria em vida, como Príncipe-Regente, aconselhando-o a tornar-se imperador do Brasil! Seguem-se o "Fico", as desobediências às ordens de Lisboa e, finalmente, a Independência; e atrás de tudo isso, tomando parte conspicua, estava a figura austera de José Bonifácio, que "fizera o Brasil triunfar pelo coração de D. Pedro".

* * *

A Independência não seria feita sem luta. Era necessário mandar de volta os reinóis. Seria obra exclusiva da de uma Marinha que precisava de ser imediatamente organizada.

Deixemos que fale aqui a voz autorizada do ilustre historiador almirante Lucas Boiteux:

"Tanto a Martim Francisco como a seu egrégio irmão... é a Marinha de Guerra nacional devedora de eterno reconhecimento e de profunda gratidão. Se ao imortal Patriarca, mercê de seu talento aliado à percepção clara do vero estadista, deve ela a sua organização e aparelhamento — oficiais, marujos, navios e, à frente deles o intrépido Cochrane, — graças a Martim Francisco, como Ministro da Fazenda, dotado de notável devotamento, grande capacidade de trabalho e apurado tino financeiro, contou ela com os fundos necessários e suficientes à sua manutenção e completa eficiência, na gloriosa campanha que nos deu a Independência".

Criou-se, assim, graças à ação do Patriarca, auxiliado pelo seu irmão Martim Francisco, a Marinha de Guerra do Brasil, que seria o instrumento capaz de dar, como deu, remate à nossa Independência e de colocar o País a salvo de agressões e desembarques de tropas da antiga metrópole.

Neste segundo século — a ocorrer a 13 de junho de 1963 — do nascimento do Patriarca da

Independência e do criador da nossa Marinha de Guerra, José Bonifácio de Andrada e Silva, o pai da nossa Pátria e que, sem obscurecer ao nosso Patrono, o ínclito Almirante Marquês de Tamandaré, o é também da nossa Marinha, conservemos na memória das gerações a sua recordação perene e façamos um constante apêlo à mocidade, principalmente, para que lhes siga os exemplos de caráter, de civismo, de bondade e de interesse.

Pelas suas conquistas cívicas e políticas José Bonifácio é símbolo nacional porque foi, além do mais, dono de uma grande e nobre vida de estudos, saber, honestidade e, sobretudo, de amor à Pátria.

A Marinha reconhecida, pois, reverencia a memória do Patriarca da Independência e do seu fundador José Bonifácio de Andrada e Silva na oportunidade em que se festeja o segundo centenário do seu nascimento.

Levi Araújo de Paiva Meira
Vice-Almirante (R.Rm. Diretor do SDGM)

A Câmara Municipal de Santos, comemorando o Bi-Centenário do nascimento do maior dos Santistas — O Patriarca da Independência Brasileira — oferece à Cidade e ao Brasil.

JOSÉ BONIFÁCIO, "o Patriarca", nasceu em Santos, a 13 de junho de 1763, dia de Santo Antônio, e chamou-se por isso,

inicialmente JOSÉ ANTONIO, sendo seus pais o Coronel Bonifácio José de Andrada e Dona Maria Bárbara da Silva.

Seu nascimento, segundo a opinião do Conselheiro Martim Francisco, seu neto e sobrinho do dr. Martim Francisco (o III^o), e também de Silva Jardim, o grande abolicionista e republicano, verificou-se mesmo naquela casa existente onde hoje se acha instalada a agência do Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, em cujo frontispício se vê uma lápide comemorativa desse fato, substituindo a anterior, toda de mármore, inaugurada entre as festividades da Abolição, em 1888.

O ESTUDANTE

Os primeiros estudos de José Bonifácio foram feitos em casa, com seus pais, que responderam assim pela sua formação moral e psíquica nos primeiros 14 anos, idade em que o genial menino seguiu para S. Paulo. Ali, na velha Piratininga, fez o curso de humanidades (formação ginasial), sob a direção do venerável bispo Dom Manuel da Ressurreição; depois, foi para o Rio de Janeiro, onde permaneceu durante uns três anos em estudos preparatórios e de línguas, transferindo-se então para a Europa, onde, com 20 anos, ingressou na famosa Universidade de Coimbra, nela se bacharelando em Direito e em Filosofia, alguns anos mais tarde, ao fim de um curso considerado notável por seus mestres e companheiros.

Logo após a formatura, mal chegado a Lisboa, foi José Bonifácio recebido como membro efetivo pela Academia Real de Ciências, da qual chegaria a ser, em 1812, o Secretário Perpétuo, honra jamais concedida a outro brasileiro.

O CIENTISTA

Viagens — Altos Estudos

Em 1790, aos 27 anos, após haver apresentado à Academia Real de Ciências de Lisboa sua "*Memória sobre a pesca de baleias*", partiu o grande santista, em viagem de estudos por todos os países da Europa, acompanhado pelo brasileiro Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt. Durante dez anos peregrinou pelos maiores centros científicos europeus, como a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, a Suécia, a Holanda, a Rússia, e outros mais, freqüentando mestres, Institutos e Academias, Escolas e Museus, acompanhando em Paris os cursos e lições do grande Lavoisier, de Chaptal e Fourcroy e depois de Jussieu e Haüy. Na Alemanha teria por mestres: *Werner* em oritognosia, geognosia e montanística; *Lempe*, em matemática pura e aplicada, especialmente em teoria das máquinas; *Kohler* em direito e legislação das minas; *Kjozsch* em ensaios químicos dos minerais; *Freiesleben*, em química prática; *Lampadius*, em metalúrgica; e assim outros lumináres da ciência contemporânea, ainda hoje venerados e conside-

rados grandes, dêles recebendo a sabedoria extraordinária, que, mercê do seu gênio e da sua memória privilegiada, haveria de consagrá-lo, também, como sábio eminente e de valer-lhe os títulos maiores de quase tôdas as grandes instituições e academias científicas da Europa.

Graças a êsses estudos e viagens, mas principalmente à sua retentiva e ao seu talento, reunidos a uma poderosa vontade de saber e de ser útil, aprendeu José Bonifácio (falando, escrevendo e traduzindo) 8 idiomas europeus além do português (espanhol, francês, inglês, italiano, alemão, holandês, sueco e russo), mais o grego clássico, o latim, e alguns que não chegou a falar, mas a ler e a traduzir, como o árabe e o hebraico, para ingresso nos segrêdos da Antiguidade.

Durante aquêles anos e as muitas excursões de estudos realizadas, pôde José Bonifácio descobrir e descrever quatro novas espécies minerais: a *petalite*, a *epodumene* (posteriormente denominada *trifane* por Haüy), a *scapolite*, a *kriolite*; uma quase original, a *ictioftalma*, e sete variedades do piroxene; a *indicolite*, variedade azul da turmalina, considerada por Haüy como uma espécie distinta; a *afrizite*, outra variedade da turmalina, e a *alocroite*, variedade da granada — o que gravou para a eternidade, o nome do sábio santista, nos anais da ciência internacional, conhecido então como "le savant Monsieur d'Andrada".

Sua coleção de minérios foi-se

tornando enorme, a ponto de parecer um museu da espécie, que elle mesmo chegou a considerar como sua maior riqueza. Tal coleção, entretanto, crescia enormemente no Brasil, anos mais tarde, com a anexação dos minérios brasileiros, principalmente daqueles que extrairia e estudaria em suas duas viagens mineralógicas pela provincia natal.

Esses dez anos de estudos e pesquisas de José Bonifácio, como um longo passeio scientifico pela Europa, é bom que se saiba, foram custeados pela rainha de Portugal, Dona Maria I, a conselho de seu Ministro Martinho Meio, "*para que José Bonifácio não fôsse fazer uma revolução no Brasil*", tal a certeza que elle, o ministro, e todos os grandes de Portugal, já tinham disso, por lhe conhecerem as idéias cada vez mais brasileiras e independentistas.

O grande Andrada só voltou a Portugal em 1800 e ali foi immediatamente nomeado lente de Metalurgia na Universidade de Coimbra; logo depois, Intendente das Minas e Metais, Superintendente do Rio Mondego, Superintendente das Obras Públicas de Coimbra e, finalmente, Desembargador da Côrte de Justiça do Pôrto, nomeações e honrarias que tinham, tôdas elas, a mesma finalidade dos dez anos de estudos e passeios pelo mundo europeu — *afastá-lo do Brasil, impedir-lhe a volta à Pátria*. C' destino ainda tramava em favor de Portugal.

Pronunciou-se a crise política européia. Precipitaram-se os a-

contecimentos militares. A França atirou-se contra o pequeno país da península, e com a invasão de Portugal pelas forças de Napoleão, José Bonifácio deixou a ciência e a jurisprudência para correr aos campos de batalha, no comando de um corpo acadêmico, militando então com glória e denôdo contra Junot, o grande general de Bonaparte, e sendo aclamado aí, como herói português, entre as comemorações da capitulação francesa.

Após a guerra de Libertação, foi nomeado Intendente da Policia da cidade do Pôrto, e em 1812 era chamado a Lisboa para ocupar o pòsto de Secretário Perpétuo da Academia Real de Ciências, já então com uma série de trabalhos produzidos e consagrados.

VOLTA A PORTUGAL

Mestre — Herói e Funcionário

Um fato importante, ou, melhor dizendo, uma circunstância, influira no espirito do grande santista, predispondo-o ao trabalho, embora lento, paciente, em favor da independência de sua Pátria. É que, durante seus estudos em Paris, por vários anos respirara elle o ambiente heróico da chamada Capital do Mundo, quando a Tomada da Bastilha acabava de proclamar o fim do feudalismo, estabelecendo o principio da liberdade e da igualdade. José Bonifácio temperara o espirito entre os debates candentes dos Girondinos, ao calor dos atos, dos fatos e dos discurs-

sos dos grandes revolucionários e oradores da França, e, regressando a Portugal, trazia um cabedal inteiro de idéias avançadas e renovadoras, uma supersaturação do espírito francês, que não poderia deixar de conduzi-lo a uma atividade correspondente no sentido da independência e da evolução social do seu país distante.

Aproximava-se, bem mais depressa do que parecia, a *libertação* de José Bonifácio das peias políticas que o retinham em Portugal. O destino, agora, passava a tramar em favor do Brasil. As idéias separatistas do grande santista, que já apareciam em seus discursos acadêmicos, segundo Latino Coelho (*"Elogio de José Bonifácio"*, pgs. 36/37), e se renovavam nos últimos tempos de sua residência em terra portuguesa, estavam presentes na observação do Ministro Thomás Antônio de Vilanova Portugal.

PRIMEIRAS IDÉIAS REVOLUCIONÁRIAS

O Brasil crescera muito e não podia continuar amarrado ao pequeno país peninsular. Vivendo no Rio de Janeiro, o grande Ministro de D. João VI sentira melhor a realidade cívica e política dos brasileiros, e compreendera a necessidade da separação do Brasil. O Rei D. João VI, certamente a conselho do mesmo Vilanova, resolvera nomear um brasileiro para ajudante do Ministro, assistente ao despacho, e que *"só depois de dar provas de*

sua fidelidade no exercício do cargo, fôsse elevado a Ministro de Estado". Thomás Antônio Vilanova sugeriu então ao Rei que mandasse vir José Bonifácio para o Brasil, a desempenhar aquêle cargo. Longe estava D. João de compreender a idéia ou intenção do seu ministro, e a ordem real foi enviada para Lisboa, uma e duas vezes. Na primeira vez foi desobedecida pelas Côrtes reunidas em Portugal, sob a alegação de sua inconveniência. Só na segunda vez foi ela obedecida, resolvendo as Cortes atender a ordem terminante do Rei.

INTERVENÇÃO PROVIDENCIAL

Volta a Santos — O primeiro Abolicionista

E foi assim que José Bonifácio de Andrada e Silva retornou à Pátria, no ano de 1819, após uma ausência, quase forçada, de mais de 30 anos. E é nêsse momento, que se prova a verdadeira intenção do ministro Thomas Vilanova, a sua verdadeira e inspirada deliberação em fazer de José Bonifácio o paladino da Independência, em vez de retê-lo no Rio de Janeiro, como seu ajudante, ao contrário, mandou que êle fôsse dar um longo giro em sua terra, fervente foco separatista, como de resto tôda a Província de São Paulo. José Bonifácio não foi e nunca seria ajudante do Ministro Thomás Antônio Vilanova, nem Ministro do Rei, mas tornar-se-ia, muito de-

pressa, a alavanca predeliberada da separação brasileira. Veio para Santos, sua terra natal. Deram-lhe um sítio à beira do pôrto — o famoso Sítio dos Outeirinhos —, onde êle, de pronto, realizou a primeira experiência, com o braço livre aplicado à lavoura e aos serviços domésticos, verificada no Brasil. Comunicaria isso em carta ao amigo, o Ministro Vilanova, logo às primeiras semanas de aplicação às suas terras, afirmando *não saber servir-se de escravos*. Tornar-se-ia, dêste modo, o primeiro abolicionista prático em todo o País. Três anos depois, como Ministro, daria o primeiro passo do abolicionismo oficial, libertando escravos agrícolas do governo e mandando vir da Europa 600 colonos livres, que chegariam, em grande parte, em 1823.

A VIAGEM MINERALÓGICA

Mas, o destino de José Bonifácio não era prender-se a uma pobre lavoura. Teria sido lembrado disso por alguém? Por seu amigo o Ministro Thomás Antônio? O fato é que, pouco depois, no mesmo ano de 1819, tem início a sua conhecida viagem de estudos mineralógicos, ao lado de seu irmão Martim Francisco, então diretor das Minas e Matas da Capitania de S. Paulo, representando uma longa e diária oportunidade para conversas, visitas, colheita de informações, observações de recursos e mentalidade, penetrações sobre o interior e o litoral, que dariam

como resultado científico, a produção de uma obra, a célebre "*Viagem Mineralógica pela Província de S. Paulo*", logo apresentada ao rei D. João VI, que o agraciou com o título de Conselheiro, admitindo-o ao seu Conselho, causando ainda a sua fixação em São Paulo, onde fermentava a idéia separatista em articulação com as principais cidades do interior.

INICIO DA CARREIRA POLÍTICA

Sua influência no FICO

Em junho de 1821 estava José Bonifácio em São Paulo, quando no dia 23, houve um comício violento na velha capital, e o povo exigiu a presença do grande san-tista, a nomeação de um governo provisório para a província, e ainda, que os membros desse governo fôssem escolhidos por José Bonifácio e aclamados pela massa. Tudo foi feito como o povo determinava. Por não aceitar a Presidência, o Andrada ficou como Vice-Presidente, mas, em verdade, dirigindo o Governo paulista desde aquêle momento.

É mesmo aqui, na aclamação dêste Conselho e na revolta que estouraria em Santos na noite de 27 para 28 de junho, a "*Revolta de Francisco das Chagas*", que tem início, realmente, o movimento final da Independência. Tudo se precipitaria a partir daqueles dois fatos, tornando-se franca, em S. Paulo, a luta de portugueses e colonialistas contra brasileiros e separatistas, que

contavam, seja dito de passagem, com o apoio de muitos portugueses de categoria, favoráveis à nossa Independência.

As Côrtes portuguesas de Lisboa precipitariam os acontecimentos, com as muitas medidas tomadas, contrárias ao Brasil e à conveniência de seu povo.

D. João VI vira-se obrigado a voltar para Portugal, abdicando do Trono em favor de seu filho, o Príncipe D. Pedro, que ficou no Rio de Janeiro como Regente do Reino.

A 24 de dezembro de 1821, José Bonifácio reunia todos os membros do Governo Provisório de S. Paulo, e em nome do povo paulista dirigia ao Príncipe uma representação, pedindo-lhe que não abandonasse o Brasil, não obedecesse às determinações aviltantes das Côrtes Portuguesas, e FICASSE, aceitando o título de DEFENSOR PERPÉTUO DOS BRASILEIROS.

Tal representação foi a força moral e psicológica, conforme escreveram autores de nomeada, como o Barão Homem de Mello e Mello Moraes (o velho), que levou o Príncipe D. Pedro, Regente, à célebre declaração do fico, a 16 de janeiro de 1822, pouco depois de haver recebido a referida Representação.

ELEVAÇÃO POLITICA

Ministro de duas Pastas

Naquele mesmo dia 16 de janeiro de 1822, quando José Bonifácio, após estafante e perigosa viagem de canoa, indo de

Santos, chegava ao Rio de Janeiro, o Príncipe D. Pedro organizava o seu Ministério e dava ao grande santista duas das suas Pastas mais importantes, a do REINO e a dos NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, as principais naquele momento, equivalentes ao posto de Primeiro Ministro com acumulação da Pasta das Relações Exteriores, para que em suas mãos ficasse, está claro, a responsabilidade de tudo quanto iria acontecer dali por diante e tão depressa.

É então que José Bonifácio, mãos dadas com a Princesa e futura Imperatriz Leopoldina, que o apoiava, constrói, definitiva e firmemente, a Independência de sua Pátria, com a rapidez que se fazia necessária, garantidora do triunfo.

DELINEIA-SE A SEPARAÇÃO

Em seis meses de trabalho político e administrativo, tudo estava preparado e urdido para a separação brasileira. O Príncipe D. Pedro, já em agosto, seguia para S. Paulo, a conselho do Ministro e da Princesa, sob a promessa de proclamar a Independência do Brasil, lá mesmo, e talvez em Santos, onde êle iria visitar as fortificações, a família de José Bonifácio e os patriotas paulistas. Em caminho, desde Lorena, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Taubaté, S. José dos Campos e Mogi das Cruzes, a gente de São Paulo o receberia como a um libertador, entre aclamações entusiásticas, en-

grossando a sua comitiva com os seus melhores representantes, como numa verdadeira marcha triunfal, prenunciadora da Separação. Mas, D. Pedro era muito jovem, e por isso indeciso, e assim, José Bonifácio e a Princesa convocam uma reunião ministerial a 23 do mesmo mês de agosto, realizada no Palácio de São Cristóvão e sob a presidência de Dona Leopoldina, tendo ficado resolvido nessa reunião, *que a Independência seria feita imediatamente, com o Príncipe ou sem elle.*

Tudo isso foi relatado e comunicado em cartas da Princesa e de José Bonifácio ao Príncipe, cartas que acompanharam os últimos e afrontosos Despachos e Resoluções das Côrtes portuguesas.

Dona Leopoldina dizia mesmo em sua carta, numa última advertência amiga:

“PEDRO — ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as Côrtes da Europa; que, além de vosso Ministro fiel, é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de Vosso Ministro, se não quizerdes ouvir o meu conselho (de vossa amiga). Este é o momento mais importante da vossa vida. JA DISSETES AQUI O QUE IRIEIS FAZER EM S. PAULO, FAZEI-O, POIS. Tereis o apoio do Brasil inteiro, e contra a vontade do povo brasileiro os soldados Portu-

guêses que aqui estão nada podem fazer”.

José Bonifácio dera à própria Princesa e futura Imperatriz a coragem necessária e a convicção tão brasileira, para escrever ao espôso aquelas palavras decisivas e incendiárias, que, sôbre a raiva e o ódio despertado no coração do Príncipe pela leitura dos despachos portugueses, provocariam a sua decisão, o arrebatamento magnifico, necessário ao cumprimento do que combinara, à *Proclamação ou Grito do Ipiranga*, iniciando a total e definitiva independência do país e a criação do Império. Em sua carta, José Bonifácio acicatava os brios do Príncipe, fazendo-lhe ver a vergonha e a ignomínia que o sujeitavam as Côrtes de Lisboa, e a necessidade que havia de reagir ante a sua audácia. O resultado não poderia ser outro.

A PROCLAMAÇÃO

“Independência ou Morte!”

Mandando o official-correio Paulo Bregaro com ordem de estourar onze ou doze cavalos, se preciso fôsse, para chegar de pressa ao lugar onde estivesse o Príncipe, procurou José Bonifácio fazer com que o official mensageiro fôsse encontrá-lo em Santos, onde elle estava ainda no dia e na noite de 6 de setembro, e onde, pelo gosto do Ministro santista, deveria ser feita a Independência; mas, Paulo Bregaro, por força de uma pre-

capitação de D. Pedro, já foi encontrá-lo no alto do Ipiranga (onde hoje está o Museu do mesmo nome), de volta de Santos, ali mesmo fazendo-lhe entrega de todos os papéis que levava, provocando com isso o facto importantíssimo, a revolta impulsiva e violenta do Príncipe e o grito de "*Independência ou Morte!*". Assim, naquele formoso dia 7 de setembro de 1822, quando o Brasil inteiro nada sabia ainda do que se passava, São Paulo e os paulistas já sabiam que ele estava livre, separado, independente de Portugal.

Estava fundada a Pátria, criada a Nacionalidade, e coroada a obra de José Bonifácio de Andrada e Silva, realizada em dois anos de atividades políticas. Era, também, o máximo que um homem poderia fazer por sua terra, sem perseguições, sem convulsões e sem sangue.

O REVERSO DA MEDALHA

Ingratidão — Expulsão e Exílio

Entretantó, os inimigos do Brasil e dos Andradas nunca perdoariam o triunfo e o "crime" de José Bonifácio, mãos dadas com os retrógrados e colonialistas do partido português, crescendo aí o movimento subterrâneo contra ele. O próprio D. Pedro, Imperador pelo seu esforço, depressa esqueceria o que lhe estava devendo e que tantas vezes reconhecera. A 12 de novembro do ano seguinte (1823) dissolveria a Assembléa Constituinte do Brasil, onde bri-

lhavam os três Andradas (Antonio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio), mandaria prendê-los e deportá-los ou expulsá-los para a França, a bordo de um pobre e velho navio, o triste "LUCONIA", com a idéia criminosa e preconcebida de que afundasse em meio da viagem, afogando os três grandes santistas. Estranho modo de ser grato!

José Bonifácio sofreu essa viagem indescritível, infame, e mais cinco anos de exílio na França.

O POETA

Embora desde 1813 e 1814, já colaborasse José Bonifácio em prosa e verso na primeira gazeta literária do Rio de Janeiro — "*O Patriota*" — e desde muito antes disso, ao tempo de estudante, antes da partida para Portugal e como universitário em Coimbra, ele já produzisse poesias líricas e românticas, algumas também heróicas; foi na França, durante os cinco anos de exílio, que teve expansão mais notável o seu estro poético. De um lado, a saudade da Pátria e da família; de outro lado os recalques, a revolta; e de outro, ainda os últimos lampejos da sua natureza voluptuosa: tudo isso, aliado à sua necessidade de expansão cultural, conduziu-o à publicação de uma obra, as "*Poesias avulsas de Américo Elysio*", onde apareciam também inúmeras traduções de Ossian, de Hesíodo, Píndaro, Virgílio, ao lado das suas composi-

ções, muitas de real valor poético e expressional, que o filiavam, segundo Ronald de Carvalho, à "Escola Mineira" (2.º período da literatura brasileira), e mais um volume enfeixando: "À Poesia. À Amizade", odes clássicas, e a sua "Ode aos Gregos", logo depois. Apresentava-se então em pleno apogeu, o poeta do "Tamoio" e do "Patriota", do "Reino da Estupidez" e de tantas outras produções, mais tarde rematadas com as "Cantigas Bucólicas" e o poema "A Dissolução", de 8 cantos em versos soltos, tão contrastantes em gênero, forma, estilo e sentimento poético.

Sòmente a 23 de julho de 1828, a galera "Phoenix" traria José Bonifácio de volta à Pátria.

RETIRO E EXALTAÇÃO

Tutor dos Príncipes Imperiais

Triste e desencantado, o Patriarca nada quis com a Côte e com os políticos brasileiros; retirou-se para São Domingos de Niterói, onde viveu mais de dois anos em solidão. Entretanto, em 1831, quando o orgulhoso Imperador, por sua vez, foi posto fora do poder pelo povo, levado a abdicar em favor de seu filho, o futuro Imperador D. Pedro II, então uma criança, foi de José Bonifácio que se lembrou para a tutela de seus filhos, também do próprio Imperador-menino, chamando-o a Palácio, humilhando-se diante do grande Andrada dispòsto ao perdão, e entregando-lhe, como Tutor, aque-

las preciosas crianças, como o único homem e amigo a quem sentia poder e dever confiar a proteção e o futuro de seus filhos, principalmente do herdeiro do trono. Era a reparação.

PERSEGUIÇÃO E PROCESSO

Absolvição e Triunfo

De novo o despeito dos inimigos e da mediocridade desafeta entrou em ação contra José Bonifácio. Enredaram-no, resolveram desmoralizá-lo e destitui-lo da tutela dos filhos de D. Pedro I, que embarcara para Portugal — onde passaria a ser rei, com o título de D. Pedro IV — acusando-o por falsos testemunhos, do crime de "traição à Pátria". A 15 de dezembro de 1833 realizaram uma marcha ao Palácio Imperial, prenderam José Bonifácio e o remeteram como um criminoso vulgar, em custódia, entre simples soldados e oficiais menores, para a Ilha de Paquetá, para longe daquele povo que poderia, de repente, libertá-lo.

Mas tarde, o grande Andrada foi levado a um miserável banco de réus, com testemunhas forjadas e mentirosas, para um julgamento que supunham lhe fôsse desfavorável e fatal. Não lhe faltaria essa coroa de martírio moral. Sua defesa diante do grande júri foi feita pelo Conselheiro e Desembargador Cândido Ladislau Japiassu que empolgado pela causa e pelas luzes da Justiça, confundiu as testemunhas, desmoralizou os seus depoimen-

tos, provando-lhes a falsidade e o mercenarismo, convidando por fim os jurados a absolverem aquêlê homem extraordinário que ali estava, o "*Pai da Pátria*", o "*Patriarca da Independência do Brasil*" (títulos que ali, em sua presença, lhe foram conferidos e confirmados por todo o Tribunal) que os vis inimigos queriam condenar por tal forma. E José Bonifácio foi unânime absolvido, saindo do banco dos réus em triunfo, e ainda mais glorificado. Não puderam crucificá-lo, como a Jesus.

DESENGANO E NOBREZA

Morte do Patriarca

Aquêles fatos, porém, somados aos fatos anteriores, lançaram terrível desgosto na alma de José Bonifácio. Entornava-se o cálice das amarguras imerecidas e sem base; e aí, em vez de tornar à política para vingarse dos seus inimigos, como poderia ter feito naquela oportunidade, preferiu retirar-se para a Ilha de Paquetá, onde já estivera em retiro forçado, ali vivendo mais cinco anos, os últimos que lhe restavam de sua vida gloriosa.

Falecera José Bonifácio a 6 de abril de 1838, com setenta e cinco anos de idade, não longe dali, em São Domingos de Niterói, para onde fôra doente. De acôrdo com sua última vontade, suas visceras foram enterradas em Niterói, e seu corpo embalsamado foi recolhido às catacumbas da Ordem Terceira do Carmo no

Rio de Janeiro, seguindo anos mais tarde para Santos onde seria recolhido ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, primeiro junto ao Altar-mór, depois no adro ou pátio do Convento, e, finalmente, (em 1924) no *Panteão dos Andradas*, construído pela Municipalidade, na ala esquerda do mesmo convento, onde se acham também, desde aquêlê último ano, os dois irmãos — o Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada e o Padre Patrício de Andrada — ausente apenas Antônio Carlos, cuja sepultura não se localizou no jardim-cemitério do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, pela inutilização e perda (des-cuido) dos seus antigos letreiros e epitáfios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Bonifácio foi o único brasileiro que teve a honra de uma estátua inaugurada a descoberto pelo próprio Imperador D. Pedro II, no dia 7 de setembro de 1872 (cincoenta anos depois da façanha da Independência), ocasião em que o grande Imperador pronunciou as seguintes palavras:

"As nações engrandecem-se com as homenagens prestadas a seus varões ilustres. José Bonifácio de Andrada e Silva é digno da veneração que lhe tributam todos os brasileiros, e eu lhe consagro como grato pupilo".

Em 1839, um ano após sua morte, o Dr. Venâncio José Lisboa, Primeiro Presidente da Província de São Paulo, em solene homenagem a sua memória, assinou a lei n.º 122, de 26 de janeiro daquele ano, elevando Santos à categoria de CIDADE, "por ser terra de José Bonifácio de Andrada e Silva", e a primeira Câmara Municipal de Santos, após a Proclamação da República, considerou aquêlê dia 26 de janeiro como o DIA DA CIDADE, síntese de todos os seus feitos e de tôda a sua história. Mais tarde, quando pela Lei 638, de 16 de setembro de 1920, se criou em Santos o BRASÃO DE ARMAS da cidade, não se esqueceram os legisladores de incluir nêlê a faixa ou banda verde e amarela, em diagonal sôbre a esfera armilar, lembrando os nacionalistas revolucionários de 1821/1822, a Independência, as côres oficiais do Brasil, e homenageando a figura histórica de José Bonifácio legítimo autor daquela Independência.

OBRAS E TÍTULOS

José Bonifácio produziu 75 obras de tomo, sendo três ainda inéditas, em português, inglês, francês e alemão, algumas traduções do grego clássico e do latim (Ossian, Hesíodo, Píndaro, Virgílio), estudos químicos, mineralógicos, geológicos, botânicos, ictiológicos, memórias científicas diversas, apontamentos históricos e etnográficos, discursos parlamentares e panegíricos, viagens, centenas de produções coleções epistolares, descrições

jornalísticas, 1 livro de poesias e diversos poemas, sem esquecer a sua formidável "Representação Sôbre a Escravatura", que foi o primeiro projeto de extinção do cativo no Brasil e lhe valeu, em parte, as perseguições de 1823, base do abolicionismo prático dos paulistas, adotado a partir de 1824, verdadeiro catecismo de humanidade, liberdade e justiça, que as gerações escolares de hoje deviam conhecer entre os seus primeiros estudos. Não é de esquecer também o seu "Projeto de Constituição para o Império do Brasil", onde já constavam tôdas as grandes conquistas liberais-sociais que Rui Barbosa efetivaria na Constituição e nas Leis da República.

Foram os seguintes, os títulos e cargos de José Bonifácio de Andrada e Silva, em ordem cronológica:

Bacharel em Direito — Bacharel em Filosofia e Ciências Naturais (Pela Universidade de Coimbra — 1787) — Membro da Academia Real de Ciências de Lisboa (1789) — Membro da Sociedade Filomática de Paris (1791) — Membro da Sociedade dos Amigos das Ciências Naturais de Berlim (1797) — Membro da Academia Real das Ciências de Stockolmo (1797) — Doutor em Direito, por carta régia de 15 de abril de 1801, com capêlo oferecido pela Rainha — Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, por carta régia de agosto de 1801 — Membro da Academia Real de Ciências de Copenhagen (1801) — Membro da

Academia Real das Ciências de Turim (1801) — Membro da Sociedade Werneriana e da Sociedade Linneana de Londres (1802) — Membro da Sociedade de Ciências Físicas e História Natural de Gênova (1802) — Membro da Sociedade de Ciências Filosóficas de Filadélfia (1802) — Lente de Metalúrgica na Universidade de Coimbra (1803) — Intendente de Polícia da Cidade do Pôrto (1806) — Desembargador da Relação e Casa do Pôrto (1806) — Coronel do Batalhão dos Estudantes de Coimbra contra as forças de Napoleão durante a invasão de Portugal — Superintendente do rio Mondego — Superintendente das Obras Públicas de Coimbra (1807) — Fundador e Membro da Sociedade Marítima de Lisboa (1807) — Presidente do Conselho de Polícia e Segurança da Divisão de Trant (durante a guerra) — Coronel do Batalhão dos Estudantes de Coimbra contra as forças de Napoleão durante a invasão de Portugal — (1808/1810) — Superintendente da Alfândega e Marinha no Pôrto (1809) — Cel. Comandante do Corpo Acadêmico na defesa de Lisboa (1810) — Sec. Perpétuo da Academia Real das Ciências de Lisboa (1812) — Membro da Sociedade Geológica de Londres (1815) — Membro da Sociedade Werneriana de Edimburgo (1815) — Membro da Sociedade Mineralógica de Yena (Jena) 1815 — Membro correspondente do Instituto de França — Sócio Correspondente da Academia de Ciências de Paris (1819) —

Conselheiro de Estado por nomeação de D. João VI (1820) — Vice-Presidente do Governo da Província de São Paulo (1821) — Ministro de Estado do Reino — Ministro de Estado dos Negócios Exteriores ou Estrangeiros (Carta régia de 16 de janeiro de 1822) — Conselheiro de Estado por nomeação de D. Pedro I (1822) — Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil (1822, 1831 a 1838) — Grão Mestre do Grande Oriente Unido do Brasil (1822 a 1831) — Vice-Presidente da Assembléia Constituinte do Brasil (1823) e depois seu Presidente (Junho de 1823) — Deputado à Assembléia Geral pela Bahia (1824) — Tutor dos Filhos menores de D. Pedro I (6 de abril de 1831) — Membro Honorário da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro (1832) — “Pai da Pátria” e “Patriarca da Independência do Brasil” (1833) - (consagrados durante o seu julgamento) e outros de menor importância.

(Compilado da “*História de Santos*” de Francisco Martins dos Santos — pelo próprio autor).

JOSE BONIFACIO E A
MARINHA NACIONAL (*)

Juvenal Greenhalgh

Muito poucos foram os que, da Marinha, tomaram parte na

(*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 17 de julho de 1963.

íntegra, na propaganda e na luta que levaram à declaração da Independência em 1822. Desse poucos, nenhum houve em posição de relêvo nesses acontecimentos. Das lojas maçônicas, principais centros de atividade dessa campanha libertadora, não saiu qualquer voz isolada participante, que estivesse ao Serviço da Marinha.

De todos, o que teve mais saliente foi o major do Corpo de artilharia da Marinha Pedro José da Costa Barros, que tomou parte na conspiração no grupo liderado por Gonçalves Ledo e Clemente Pereira. Costa Barros teve carreira política acidentada, mas não brilhante. Exerceu funções legislativas e executivas, tendo sido Ministro da Marinha por dois dias, apenas, em novembro de 1823 após a dissolução da Assembléia Constituinte. Resignou ao lugar, receioso de prejuízos para sua família que se achava no Norte, em meio hostil ao Imperador. Mas ainda assim esse major não era de formação naval, pois viera do Exército, transferido, em 1818, para a Brigada de Artilharia da Marinha.

A ausência da Marinha, essa *cellula mater* das Fôrças Armadas em tão magno acontecimento, explica-se, pelo máximo estado de deteriorização em que se achava nessa conjuntura, sem material e sem pessoal.

A decadência da pequena esquadra que Portugal conseguira organizar após sua restauração da suserania espanhola, em 1640, começara no princípio do século,

antes da transladação para o Brasil da Côrte de D. Maria I. Estava no seu auge por ocasião do retôrno dessa Côrte para a Europa, aonde se fizera acompanhar pelos poucos navios de guerra da velha esquadra portuguêsa aqui existentes, que ainda podiam fazer-se ao mar. O que foi deixado no Brasil, considerava-se imprestável ou difícil de recuperar. De sete naus, oito fragatas, doze corvetas e inúmeros brigues e escunas, só se puderam aproveitar: uma nau, a *Martins de Freitas*, construída no Brasil, na Bahia que, sob o nome de *Pedro I*, foi o objeto material que mais concorreu para a grandeza territorial e unidade política do Brasil de hoje; duas fragatas, a *União*, também construída na Bahia, que passou a chamar-se *Ipiranga* ou simplesmente *Piranga* e a *Sucesso* que passou a denominar-se *Niterói*; duas corvetas *Maria da Glória* e *Liberal* e uma meia duzia de brigues ou escunas e todos êles após passarem por grandes reparos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

A fragata *Real Carolina* que sob o nome de *Paraguaçu* tomou parte na campanha da Independência, fôra das que tinham acompanhado D. João VI a Lisboa, mas que para aqui regressara na esquadra do Chefe Maximiliano de Souza que viera buscar o Príncipe, sendo, por êste, mandada agregar às fôrças navais destacadas no Brasil.

Quanto ao pessoal, a situação não era melhor. Da pequena parte da velha oficialidade por-

tuguêsa que não quisera regressar com a Córte para Lisboa, só uma reduzida porcentagem podia ser aproveitada. Composta, na sua quase totalidade por homens velhos e doentes que, por falta de atividade no mar, haviam perdido o seu antigo espirito de ofensiva, sua adesão à comodidade exprimia mais o País onde já haviam criado raízes do que o entusiasmo de organizar uma nova pátria.

Dos noventa e poucos oficiais portuguezes que optaram pelo Brasil até 31 de dezembro de 1822, vinte e três foram logo reformados por invalidez, em abril de 1823.

O que havia além dessa velha officialidade portuguezsa era David Jewett, antigo official da Marinha Americana que aqui apparecera no comando do brigue de guerra por nome *Maipu*. Esse brigue no qual, como capitão de corso, fizera Jewett, ao serviço de Buenos Aires, a campanha para sua independência, foi comprado pelo próprio Imperador, que o ofereceu à Marinha com o nome de *Caboclo*, sendo Jewett admitido ao serviço naval a 6 de outubro de 1822, com a graduação de capitão de mar e guerra. Esse norte americano que chegou até o Almirantado no Brasil, foi o primeiro official estrangeiro contratado para servir na Marinha Nacional. Além dêsse, havia alguns officiaes de origens franceza, entre os quais se deve salientar Teodoro de Beaurepaire, nobre francês que também attingiu o pòsto de almi-

rante no Brasil e reduzido número de brasileiros natos. Dêstes, o capitão de mar e guerra Luiz da Cunha Moreira, o futuro Visconde de Cabo Frio, marinheiro de boa cêpa, teve a honra de ser o primeiro Ministro da Marinha do Brasil independente.

Quanto à marinhagem, a massa era portuguezsa e de má qualidade. Completava-a reduzida porcentagem de brasileiros, broncos e ignorantes, bisonhos na vida do mar da qual, quem não era preto, escravo ou libertos, tinha sido recrutado nos antros mais sórdidos das cidades litorâneas.

Do valor dessa guarnição já se tinha conhecimento pela missão que, em 14 de julho de 1822, fôra confiada à flotilha do Chefe de Divisão Rodrigo Antônio de Lamare e cujo propósito era o de conduzir ao Norte o General Labatut com um contingente de forças terrestres para reforçar os patriotas que lutavam na Bahia e também, fazer o bloqueio de Salvador para impedir os socorros que pudessem ser enviados da metrópole, em Lisboa, ao General Madeira.

É conhecida a história dessa missão naval. Mal desempenhada na sua primeira parte, a segunda não pôde ser cumprida. Nos encontros que teve a flotilha Delamare com os navios antagonicos portuguezes, nada resultou. Afastavam-se, evitando o combate, logo que se avistavam. Nem de lá nem de cá, havia qualquer vontade de lutar por parte do comando e da officialidade. E

essa foi a boa sorte da flotilha do Príncipe, porque se o combate fôsse engajado, a marinhagem portugueza já entrara em conluio para entregar os navios ao inimigo, sacrificando, se preciso, seus oficiais. Foi a revelação dêsse estado de espírito das guarnições que levou Delamare, após consulta em conselho de guerra de oficiais, a regressar ao Rio de Janeiro sem ter cumprido a parte principal da missão que lhe fôra confiada.

Devo aqui aproveitar a oportunidade para fazer uma correção, apoiada em algarismo, na asseveração quase unânime dos historiadores, mas que é falsa, de que Delamare regressou ao Rio de Janeiro por serem muito superiores às suas, as fôrças navais antagonicas que encontrara. Nessa ocasião, o General Madeira ainda não havia recebido os consideráveis reforços que a êle destinara o Governo em Lisboa e a fôrça naval de que dispunha êsse general, na Bahia, era tão insignificante como aquela que lhe opôs o príncipe na flotilha Delamare. Isso se pôde facilmente provar, comparando o número de navios de que dispunha as duas nações e o de canhões neles montados, cujos calibres eram idênticos. A flotilha Delamare compunha-se: da fragata *União* com 52 canhões, corveta *Liberal* com 24, corveta *Maria da Glória* com 22, brigue *Reino Unido* com 16. Ao todo 4 navios, sendo um de porte, a fragata *União*, com o total de 114 canhões. Os portuguezes tinham

na Bahia, e êsses foram os navios encontrados pela flotilha Delamare; as corvetas *Dez de Fevereiro*, *Regeneração* e *Restauration* cada uma com 24 canhões, o brigue *Audaz* com 18, o brigue *Prontidão* com 16, sumaca *Conceição* com 6 e barca *Constituição* com 13. Sete navios, nenhum de porte com 127 canhões, devendo ser de calibres muito pequenos os 19 canhões da sumaca e da barca. Eram, portanto, fôrças perfeitamente equilibradas e só a predominância do sentido pátrio portuguez nela existente, impediu que se combatessem.

Assim, na ocasião em que a Independência foi proclamada, aquela marinha que se dizia nacional, era apenas uma marinha portugueza dissidente, sem ânimo patriótico e também sem recursos materiais para combater e vencer a, já aí então, relativamente poderosa esquadra portugueza, que sob o comando do Almirante Felix de Campos, dominava, de Salvador, a costa norte brasileira, até a embocadura do Amazonas.

Não seria preciso a privilegiada inteligência de José Bonifácio ou a sua celebrada e incontestável visão de estadista, para compreender a necessidade de modificar rápida e radicalmente tal situação se houvesse propósito de dar unidade à nova nação e consolidar sua independência.

Em verdade, a Independência proclamada pelo grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, só encontrou êco na pequena

parte do território do antigo reino do Brasil que compreendia a capital, e as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No sul teve êsse grito pouca repercussão, mas no seu extremo, na província Cisplatina, encontrou resistência que necessitou de força naval para ser vencida. No Norte, principalmente na Bahia, Maranhão e Pará, numeroso e forte partido de portugueses, na posse de todos os cargos de mando e apoiado por forças militares, terrestres e navais respeitáveis, abafava com violência, a reação dos patriotas.

Praticamente só se podendo fazer por mar, as comunicações entre a sede do Império e essas províncias, o domínio dêle era a condição essencial e indispensável para que a soberania nacional se pudesse sobre elas exercer, integrando-as na unidade nacional, após expulsar pelo mar e para o mar, as forças reacionárias da antiga metrópole. Para isso, era preciso organizar a Marinha Nacional e foi o que todos compreenderam e passaram a se esforçar.

Nesse propósito, quanto ao material, era preciso aproveitar no necrotério dos navios ainda flutuando o que fôsse aproveitável e, concomitantemente, acrescentar a êsses navios, outros que seria preciso adquirir.

Da primeira parte, encarregou-se pessoalmente o Imperador. É preciso dizer que havia tempo já se tinham selecionado os navios a serem aproveitados e que estavam entregues ao Ar-

senal de Marinha do Rio de Janeiro para as necessárias obras. Essa providência partira de Lisboa, desde que as Côrtes Constituintes haviam sentido no Príncipe as primeiras atitudes de desobediência. Ordem viera para reparar os navios e despachá-los para Lisboa. O receio era de que êles pudessem vir a servir ao Príncipe, como, aliás, aconteceu. Assim, quando a decisão aqui foi tomada, a providência consistiu em intensificar os trabalhos de reparos ou de reconstrução a que já estavam submetidos êsses navios.

Passou então o Arsenal a trabalhar dia e noite. Conta Macy Graham, a notável cronista na história sul-americana:

“O Príncipe chegava a bordo tôdas as manhãs, às 6 horas, apressava os armadores, intervinha nos navios de provisão, exigia o impossível dos tanques de água, balançava-se pelas cordas de convés até as mais baixas partes do porão, recusando todo o auxílio de escadas ou outras comodidades e, na sua alegria, trazia a Imperatriz para bordo, a fim de compartilhar do nôvo prazer, que ela apreciava cordialmente”.

O entusiasmo do Imperador a todos contagiava, até as camadas dos servidores mais humildes. Deu-se nessa ocasião um fato inédito e nunca mais repetido de dedicação e patriotismo em centros de atividades de serviços pú-

blicos, revelado pela comunicação que fez o Inspetor do Arsenal de Marinha ao Ministro que no mês de janeiro (1823) "não tinha havido falta em nenhuma das pessoas empregadas no arsenal e que tem vencimentos ainda mesmo deixando de vir trabalhar".

A execução da segunda parte — aquisição de novos navios e munições de guerra — esbarra-va diante à péssima situação financeira em que se encontrava o País. O Banco do Brasil, fundado por D. João VI, órgão central das finanças do País, achava-se em estado latente de falência, produto de sucessivas direções inábeis e improbas. O papel moeda por êle emitido desvalorizara-se em mais de 50% havendo quase desaparecido o lastro metálico correspondente que, havia anos, se ia esvaindo para cobrir o *deficit* permanente do escambo exterior e pelo que correra para os bolsos da família real e milhares de nobres que, em 1821, haviam retornado a Portugal. O Tesouro Nacional estava exaurido e não podia refazer-se porque as províncias que não reconheciam a autoridade do Príncipe e acata-va a das Côrtes de Lisboa, e eram quase tôdas, a êle não recolhiam nenhuma renda. Por seus cofres vazios, mas obrigado a manter a vasta organização administrativa criada para metrópole, que havia sido, do reino unido, não pagava o Governo aos fornecedores e ia deixando em atrasos de meses e, por vêzes, de anos, os vencimentos do funcionalismo civil e, o que era

mais grave, o sôlido dos militares, classe de que tanto precisavam para manter sua politica de independência.

Essa abertura financeira que tanto influiu sôbre a vias trilhadadas para atingir-se a independência, vinha de longe e tornou-se estado normal durante todo o Primeiro Reinado Imperial.

Já em 17 de julho de 1821, em carta dirigida a D. João VI, informava o Príncipe Regente que: "aos voluntários d'El-Rei, devem-se vinte e seis meses do seu sôlido" e que "em Santos a tropa levantou-se e quis que se lhe pagasse o que se lhe devia, e como não havia com que, foi à casa de um rico e pagou-se por suas mãos; depois o governador quis se opor com os marinheiros e então houve mortes e venceram os soldados, que roubando meteram a pique dois navios que estavam para sair, um para Lisboa e outro não sei para onde, com prejuízo de 2 000 000 cruzados entre ambos".

Também as guarnições de Cochrane, na sua primeira campanha, que durou cêrca de 8 meses, cuja valia não se pode medir em moeda pois dela resultou a integração das províncias do norte na comunidade nacional, não havia recebido até seu regresso ao Rio, nem um ceitil do seu sôlido, que só foi pago, e em parte, meses depois.

No relatório apresentado à Assembléia Legislativa, em 1826, o Ministro da Marinha, Miguel de Souza Melo e Alvim dizia que "à officialidade e guarnições da esquadra do Rio da Prata, se

deviam 10 a 11 meses dos seus vencimentos e soldadas". Tratava-se das guarnições que acabavam de se empenhar na dura campanha da Cisplatina, com mais de 50% de oficiais e marinheiros estrangeiros mercenários, explicando o não recebimento da paga pela qual combatiam, a facilidade com que se alistavam na marinha inimiga, quando por ela aprisionados.

Para prover a essa situação e angariar os recursos necessários à aquisição de navios e munições de guerra, propuseram Gonçalves Ledo e Luiz Pereira Nobrega ao secretário da Fazenda Martim Francisco de Andrada, irmão mais moço de José Bonifácio, que se recorresse a uma subscrição popular, o que foi aceito. Embora tivesse o povo acorrido a êsse apêlo com entusiasmo e patriotismo, o que se arrecadou ficou muito abaixo do que se necessitava.

Evidentemente, José Bonifácio como Ministro do Império, cujas funções eram, de fato as de Primeiro Ministro, superintendia ou aprovava as medidas que se tomavam em todos os departamentos do Governo, mas como Ministro dos Estrangeiros, cabia-lhe, pessoalmente, o trato dos respectivos negócios, entre os quais avultava, no tema desta conferência, a aquisição, fora do Brasil, de navios e materiais navais assim como o recrutamento das guarnições, oficiais e marinheiros estrangeiros, para suprir as insuficientes e ineficientes que possuíamos.

É interessante conhecer os es-

forços, em parte frustrados por êsse estado de ruína financeira empenhados em obter, na Inglaterra, tais recursos.

Em 4 de outubro de 1822 autorizava José Bonifácio, em carta, ao Marechal Felisberto Caldeira Brandt, o futuro visconde e marquês de Barbacena, que fôra nomeado nosso encarregado de negócios junto à Côrte Britânica, em Londres a aceitar, em nome do Príncipe, a proposta que fizera o comandante James Thompson de aprontar, no espaço de um mês, a contar da data ordem que lhe fôsse dada, duas fragatas de 50, com munições de guerra e de bôca e duzentos marinheiros de tripulação. Nessa autorização, especificava o Ministro:

"V. Sra. fará os ajustes convenientes examinando previamente o estado das ditas fragatas; e assinará também as comissões para os oficiais, podendo garantir-lhes o cumprimento de tudo o que fôr convencido".

Acusando o recebimento dessa determinação, dizia Caldeira Brandt, em carta de Londres de 16 de dezembro dêsse ano:

"Não tenho expressões para agradecer aquelas com que V. Exa. me honra no ofício de 4 de outubro (José Bonifácio elogiara na carta a colaboração que Caldeira Brandt vinha dando ao Governo, principalmente no

que se referia ao reconhecimento pela Inglaterra do Brasil independente), *mas infelizmente quase nada posso fazer porque V. Exa. continua a esquecer-se de alguma providência sôbre os fundos necessários para expedições de tanta importância. Quando eu comuniquei a V. Exa. a proposição do Capitão Tompson tive o cuidado de explicar que êle exigia garantia aqui de que os ajustes seriam cumpridos no Brasil. Ora, como posso eu dar garantia não tendo dinheiro para depositar, nem ordem para o pedir emprestado ou autoridade expressa sôbre qualquer modo de haver fundos?"*

Mas não só a aquisição de navios se tornava difícil sem haver à disposição do comprador a quantia necessária; também a vinda de marinheiros esbarrava nas mesmas dificuldades. Sôbre êsse assunto escrevia, em 27 de dezembro de 1822, Caldeira Brandt a José Bonifácio:

Illmo. e Exmo. Não podendo verificar a compra das fragatas pelas fortíssimas razões expedidas na minha carta de 7 de novembro e officio de 16 do corrente, dei mil tormentos à minha imaginação para descobrir meios de mandar ao menos marinheiros e officiais que guarnecessem os vasos da nossa Marinha, li-

vrando V. Exa. do risco de fazer as guarnições de italianos degradados ou portugueses traidores. Quanto aos officiais de pequenas patentes, não há dificuldade, mas quanto a marinheiros há a maior possível: porque êles não guardam segredo e a lei é cruel como verá de documento incluso impresso. Cheguei a oferecer 15 £ por homem contanto que levassem 450 para guarnecer a nau Cão (era o nome da popular nau PEDRO I, quando com o nome de MARTIM DE FREITAS, tinha um cão na sua figura de proa), pagando-se no Rio, e havendo muitos que se expusessem ao risco da empresa, nenhum se quis expor ao de pagamento. Nestas circunstâncias, appareceu felizmente Antônio José Meireles Sobrinho pedindo uma recomendação para V. Exa. a fim de obter o Consulado de Liverpool. Prometi concorrer para o despacho uma vez que no espaço de um mês, mandasse para o Rio seiscentos marinheiros ao que se obrigou de boa vontade e prometeu desempenhar à minha satisfação. Como porém há viver e morrer dei a ordem que segura o pagamento sem meu comprometimento. É pois entendido que a palavra cultivador significa marinheiro. Se V. Exa. tivesse destes homens na Esquadra de Alamar (Delamare) já

estaria desde agôsto acabada a guerra da Bahia. Sendo os marinheiros a cousa de que mais se precisa no esperança de que esta medida será muito aprovada por V. Exa. e de consequente beneficio à Nossa Independência”.

Assim, não tendo podido adquirir, por falta de dinheiro, as fragatas oferecidas à Marinha, tomou Caldeira Brandt a iniciativa de contratar oficiais e marinheiros ingleses, na certeza de que a medida seria “muito aprovada pelo Ministro do Império.

Antes de ter recebido esta carta de Caldeira Brandt, anunciando o contrato de oficiais e marinheiros e a frustração na compra das duas fragatas, José Bonifácio expedia-lhe uma outra datada de 3 de novembro dêsse ano (1822), na qual lhe determinava:

...“fazer aprontar por compra, ou em último caso por ajuste de serviço temporário, mais quatro fragatas de 50 ou 54 cada uma, artilhadas e prontas com as competentes guarnições e tudo o mais que fôsse necessário para entrar em combate”.

Quanto ao pagamento da importância dessa transação, acrescentava José Bonifácio:

... “seria desejável que V. Sa. celebrasse os ajustes

com a condição de serem satisfeitos a prazos nesta Côrte, para o que está V. Sa. autorizado a oferecer tôdas as garantias para segurança do trato. Se porém não puder conseguir-las, sacará sôbre o Tesouro Público desta Província a prazos, se nesse tempo não tiver contraído em Londres algum empréstimo a favor do Brasil, que facilite a V. Sa. o meio de fazer entrar nêlo o importe das ditas fragatas”.

Caldeira Brandt não podia levar a efeito a compra por êsse modo. O processo de pagamento proposto do Rio, mostrava logo que o comprador não dispunha de dinheiro e nem de crédito para obtê-lo e os ingleses só faziam negócios seguros, principalmente tratando-se do Governo de um País cuja independência ainda não havia sido reconhecida por nenhuma outra nação.

Não obstante a diligência, a boa vontade e até o dispêndio de quantias tiradas de seu próprio bôlso com que Caldeira Brandt procurava colaborar para a organização da esquadra, seus esforços não foram perfeitamente reconhecidos pelo Governo Imperial, que por José Bonifácio assim se manifestava em carta de 8 de abril de 1823:

“... A respeito das fragatas, cuja compra S. M. I. Ordenou que V. Sa. efetuasse, foi com o maior desgosto que o Mesmo Senhor no

momento em que as esperava, recebeu a noticia de que havia abortado este negocio, principalmente occorrendo que se achava reservado em cofre a importancia delas, de maneira que as letras que contra o Tesouro Nacional se sacassem seriam hoje vagas. Foi igualmente muito sensível que V. S.^a remetesse os marinheiros com ajustes de soldadas superiores às que os mesmos vencem na Marinha Inglesa; e demais com principiar logo seus vencimentos antes de principiareem a servir. Todavia S.M.I., para crédito do Governo, em cujo nome V. Sa. tem obrado, não pôe dúvida em mandar lhes abonar tudo quanto V. Sa. tem estipulado. Prescindindo desta circumstancia, foi muito estimada e oportuna a vinda destes marinheiros, pois com elles se ajudou a tripular a nossa esquadra; e a prontidão com que V. Sa. procedeu mereceu tôda a Aprovação e Louvor de S.M.I., que assim o Manda expressar a V. Sa. para sua satisfação. Já não foi assim agradável a vinda dos 6 officiaes que V. Sa. também remeteu e ajustou, pois as Instruções que lhe servem de regulamento e officios posteriores, só exigem officiaes de marinha no caso de virem as fragatas, para se evitar o inconveniente de avultar o

número de officiaes sem vasos para embarcarem. Contudo, S.M.I. Ordenou com a sua Costumada Grandeza que elles fôsem admitidos convenientemente, e com grande vantagem no serviço da Marinha do Império e com efeito grande parte já saiu na última expedição naval que largou deste pôrto".

Como se vê, o Governo Imperial manifestava ao seu agente em Londres, de permeio a alguns elogios, seu desgosto por não se haverem comprado as fragatas, o que era profundamente injusto. O motivo alegado para o fracasso da operação-falta de dinheiro, não havia sido tomado em consideração, pois agora o Tesouro estava habilitado para pagar as letras que fôsem sacadas contra elles, isto é: havia agora dinheiro para pagar o que se houvesse adquirido fiado, mas os ingleses não vendiam fiado. O contrato de marinheiros com sôlido acima do que poderiam ganhar na Marinha de seu próprio País a êle fazendo jús desde sua partida da Inglaterra, foi outro lato que também não havia agradado ao Governo Imperial. Mas ninguém pode crer que se pudessem achar, na Inglaterra, marinheiros que se alistassem para servir em marinha estrangeira ao preço pelo qual poderiam servir em sua própria marinha, ou que se sujeitassem a nada receber durante o tempo em que viajassem para o País estrangeiro para onde se haviam

engajado, que no caso do Brasil, representava sempre mais de um mês. Também desagradara, como está declarado nessa carta, o que é um fato nôvo para os historiadores navais, o contrato de oficiais na Inglaterra, parecendo assim, que só marinheiros fôra Caldeira Brandt autorizado a contratar, dependendo o de oficiais da vinda das novas fragatas.

O fato é que a falta de fundos para o cumprimento dos ordens recebidas foi o que mais atormentou Caldeira Brandt na sua missão na Inglaterra.

Ainda nas vésperas de seu regresso ao Brasil, escrevia êle a José Bonifácio em 12 de julho de 1823:

"...Seria a minha satisfação completa se às expressões com que V. Exa. aprovou minha conduta sobre a remessa de marinheiros, ajuntasse alguma sobre a remessa de fundos para pagamento das despesas, mas a tal respeito não diz V. Exa. palavra, e eu não sei como deixar Londres sem pagar ou dar fiança aos credores do Governo que olham para minha pessoa como garantia de seus contratos.

Antes de ter, na Inglaterra, alguma missão especial do Governo Brasileiro, já Caldeira Brandt, de Londres onde se achava desde junho de 1821 em caráter particular, mandava a José Bonifácio, a título de su-

gestão ou conselho, sua colaboração para a defesa dos interesses do Brasil.

Em *memorandum* enviado nessa época a José Bonifácio, ao sugerir algumas medidas para repelir ataques dos portugueses, lembrou a conveniência de contratar para servir na Marinha Brasileira o Almirante inglês Lord Cochrane, na ocasião no comando das forças navais chilenas, que lutavam pela independência de seu País do domínio da Corôa Espanhola.

Não aceitou logo José Bonifácio essa sugestão. Demorou mesmo em tomá-la. Datado de maio o *memorandum* de Caldeira Brandt, só em novembro dêsse ano fêz o nosso cônsul em Buenos Aires — Antônio Manuel Correia da Câmara — o convite a Cochrane. Talvez José Bonifácio, na esperança de encontrar entre os almirantes portugueses ade-sistas, um chefe capaz, hesitasse em entregar a um estrangeiro encargo de tão transcendente importância para os destinos da nacionalidade. Mas quando decidiu-se, tomou, pessoalmente, tôdas as providências que permitissem ao chefe convidado, dedicar-se exclusivamente à sua alta missão.

Tais providências entendiam-se até com a vida particular do Lord, no Brasil, sua tranqüillidade e sua segurança, como provam as que mandou tomar sobre a vigilância na casa que mandara preparar na Ladeira da Glória para a moradia do Almirante e que fôra, dias depois de sua chegada, assaltada por la-

drões. Mandava êle ao Ministro da Marinha:

“Constando que a casa que se mandara aprontar para Lord Cochrane na ladeira da Glória fôra assaltada por ladrões na noite de ontem, talvez pela isolação em que se acha situada, o que torna necessário postar ali alguma escolta militar, ou ao menos haver uma ou mais ordenanças às ordens do mesmo Lord as quais aliás parecem competir-lhe pelo pôsto que vai ocupar, Mandada S.M.I. pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que o Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha haja de mandar pôr às ordens de Lord Cochrane um oficial inferior do Batalhão de Artilharia de Marinha, ou o que julgar conveniente, com a brevidade que recomenda o objeto. Paço, 20 de março de 1823. José Bonifácio de Andrada e Silva.

Sem as fragatas mandadas comprar por José Bonifácio, que tanto poderiam ter abreviado a campanha da Independência e apenas com os velhos navios aqui existentes e reparados no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; com os oficiais e marinheiros mandados por Caldeira Brandt e com outros contratados por José Bonifácio aqui no Rio, entre os quais deve ser mencionado o bravo John Taylor, na ocasião oficial da fragata inglesa “Doris”,

surta no pôrto, mas, principalmente com a aquisição do bravo e astuto marinheiro Lord Cochrane e a plêiade de oficiais que com êle vieram, suspendeu a esquadra brasileira para sua prodigiosa campanha que durou, apenas, alguns meses e finda a qual, tinha sido expulsas ou afugentadas as fôrças militares ou civis reacionárias portuguezas das provincias que dominavam no Norte do País permitindo sua integração na comunidade brasileira.

Então, a Marinha, que não tomara parte na conspiração e na luta para a Independência até sua proclamação, tornou-se o principal agente da sua unidade e consolidação.

Em 9 de novembro de 1823, entrava Cochrane no Rio de Janeiro a bordo da *Pedro I*, de regresso da sua gloriosa campanha. Chegava êle na ocasião em que atingia o apogeu a crise política que se iniciara com a demissão dos Andradas do poder, em julho passado. Mal se completavam três dias em que a *Pedro I* havia lançado ferros na Guanabara e era a Assembléa Constituinte dissolvida e demitia-se Luiz da Cunha Moreira do Ministério da Marinha, o único ministro que restava do antigo gabinete e que abandonava o pôsto por não concordar com essa medida. O Governo foi então assumido por portuguezes, ocupando o lugar de Ministro do Império que acumulava com a pasta da Marinha, Vilela Barbosa, o futuro Marquês da Paranaguá.

Simpático como o Imperador, ao restabelecimento da união en-

tre os dois reinos, passou Vilela Barbosa a hostilizar todos aqueles que a isso eram contrários. Cochrane e seus oficiais, que levavam a sério a independência do Brasil e as instruções que haviam recebido de José Bonifácio eram o seu principal alvo. Por todos os meios se procurava desgostar o Lord e suas tripulações. Al'im de não se lhes pagar o sôlido atrasado e presente, não se lhes dava o produto das prêsas, fraudando-se a lei, aliás universal, que dá aos capoteiros a propriedade integral da propriedade inimiga por êles captada. Para dar forma legal a êsse verdadeiro furto, foi organizado um tribunal, chamado de prêsas, composto de treze membros, dos quais nove eram portuguezes, que sempre julgavam como não legítimas as que a esquadra efetuada alegando os mais fúteis pretextos para êsse julgamento a fim de beneficiar seus proprietários, todos portuguezes.

As prêsas que parã aqui eram mandadas para serem julgadas e leiloadas para que o produto fôsse rateado entre os captores, eram propositadamente deixadas ao léu e as mercadorias, também legalmente pertencentes aos que haviam captado os navios, se deixavam roubar ou se desviavam para a terra.

Levou sua ousadia êsse tribunal a ponto de considerar o Primeiro Almirante passível de *castigo corporal*, pela sua ação na campanha da Independência.

Tôda a sorte de perseguições, provocações e injustiças foram então praticadas não só contra

o Lord mas também contra seus principais auxiliares.

Ao bravo Taylor, que na *Niterói* perseguira a esquadra portugûesa até a barra do Tejo, foi imposta a pena de prisão por seis meses e a perda, no dôbro, do montante do quinhão que lhe cabia, em favor dos donos de quatro embarcações portugûesas que por êle aprisionadas no seu caminho para Lisboa, tinham sido mandadas incendiar pela impossibilidade de levá-las a algum pôrto brasileiro.

Grenfell, o herói naval que na idade de 27 anos, tomou a responsabilidade e dela se desempenhou, de com um pequeno brigue de não mais de cento e poucos homens de guarnição, trazer para o Brasil a província do Pará e com ela tôda a vasta região amazônica, dominando o mais sangrento cenário das lutas para a Independência, foi tratado de maneira aviltante. Ao chegar ao Rio na fragata *Imperatriz* cuja construção terminara reforçando assim a esquadra brasileira de mais uma unidade, teve, na sua ausência de bordo, sua câmara invadida e arrombado o cofre por agentes do Govêrno de onde levaram dinheiro e documentos ali guardados. Em seguida, subtraído com êsses documentos, os meios de defesa das acusações que lhe faziam, mandaram-no prender na sinistra presinganga instalada na nau *Príncipe Real*. Para escapar dessa abjeção, teve de refugiar-se em uma fragata inglêsa que se achava no pôrto.

Este clima de hostilidade e

desconsideração criado pelas mais altas autoridades do Governo, expunham o Almirante ao desrespeito, até de simples oficiais subalternos, como se pode ver pela providência tomada pelo Imperador diante de desacato provindo de um simples tenente ou capitão do Exército:

“Manda S. M. o Imperador pela Secretaria dos Negócios da Marinha remeter ao Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra o officio incluso do Primeiro Almirante Comandante em Chefe dos Fôrças Navais dêste Império, no qual, queizandose de desatenção com êle praticada ontem pelo official da Fortaleza da Lage, pede que êste seja metido em Conselho de Guerra para responder por semelhante procedimento, a fim de tomar êste objeto na devida consideração. Paço, em 20 de junho de 1824. Francisco Vilela Barbosa.

A simpatia que votava o Imperador a Cochrane, livrando-o por vêzes de golpes muito pesados era apenas pessoal, mas nada fazia êle para protegê-lo nas suas atitudes políticas.

Dessa maneira, foi-se dissolvendo a força naval organizada ao tempo de José Bonifácio. Officiais e marinheiros foram abandonando os navios, uns de volta à Europa e outros à procura de novos emprêgos. Cochrane, embora sensível às atenções do Im-

perador, desesperava-se, como bom chefe, em não conseguir justiça não apenas para seus interesses, mas também para os seus subordinados. Pediu então demissão do cargo para mostrar a êsses subordinados o seu protesto.

A demissão estêve para ser aceita. Pensava o Gabinete que submetido o Norte, não havia que conservar um empregado tão caro e incômodo aos interesses portugueses. Entremettes, levantam-se os pernambucanos. O movimento torna-se extremamente sério pelo aspecto separatista e republicano que foi tomado. Nunca Cochrane tornou-se tão necessário. Interveio pessoalmente o Imperador para que êle continuasse no serviço. Impôs então condições, que, generoso, muito reduziu, aceitando que se pagasse, em parte apenas, o que se devia de sôldo atrasado às guarnições.

Reorganizou a esquadra e partiu para o Norte. Mas já não era o mesmo Cochrane da primeira campanha. Tinha perdido a fé na gratidão e nas justas recompensas do Governo Brasileiro aos seus sacrifícios e aos seus serviços. Em frente a Recife, talvez porque lhe repugnassem lutas civis ou porque, conhecendo as deficiências do Governo que servia, encontrasse razão nos pernambucanos em se revoltarem procedeu frouxamente e acabou retirando-se do bloqueio a que sujeitara a cidade, sem ter causado qualquer dano aos revoltosos.

Depois, como é sabido, vele-

jou para o Norte e no Maranhão, um pouco forçadamente pagou-se a si e a seus comandados de parte do que se lhes devia o Governo. Afinal, avisado pela Imperatriz Leopoldina da felonía que lhe preparava o Gabinete à sua volta ao Rio, em verdadeira fuga, abandonou o Brasil e o serviço na Marinha.

A mudança da atitude do Governo face a Cochrane e a seus officiaes, com a saída de José Bonifácio do poder e a entrada de Vilela Barbosa, e a correspondente differença que se mostrou entre o Cochrane com José Bonifácio e o Cochrane com Vilela Barbosa, forenece o subsídio naval para o esclarecimento histórico das posições que assumiram D. Pedro e José Bonifácio face à Independência: suas aliança, sua amizade, suas incompatibilidades e, afinal, sua desavença.

Como é sabido, ainda largo tempo após a organização do ministério, no qual em 16 de janeiro de 1822, começou José Bonifácio, como ministro, sua vida pública no âmbito nacional, ninguém queria a independência no significado de separação absoluta de Portugal. Nem o Príncipe, nem José Bonifácio e nem os que se mostravam mais agitados ou mais exaltados com as determinações que vinham de Lisboa para o Brasil. Nem mesmo Gonçalves Ledo, um dos líderes dessa facção e que chegou mais tarde a ser acusado por José Bonifácio de republicano e até de anarquista e por isso condenado, com outros, à prisão e ao exílio. Foi Gonçalves Ledo

quem primeiro pronunciou a palavra independência, no requerimento por elle redigido, no qual o Conselho de Procuradores pedia ao Imperador a convocação da Assembléa Constituinte. Mas, no decreto também redigido por Gonçalves Ledo, que, em virtude dêsse requerimento, foi expedido para essa convocação, chamava-se a assembléa de *luso-brasiliense* e dava-se para sua motivação: "a matança da integridade da monarquia portugueza e justo decôro do Brasil. Ao definir seus objetivos declarava: "para constituir as bases sôbre que (o Brasil) deve erigir sua independência, que a natureza marcara e que já estava de posse, e a sua união com tôdas as demais partes integrantes da grande família portugueza, que cordialmente deseja".

Nessa declaração tinha então a palavra "independência" o significado de igualdade e não o de emancipação.

A revolta dos brasileiros era assim contra as determinações das Côrtes de Lisboa, que pretendiam fracionar o Brasil em um aglomerado de províncias ultramarinas, que seriam tôdas, directa e separadamente, subordinadas ao Governo da metrópole, em Lisboa. O que se queria, brasileiros e portuguezes aqui radicados, era a continuação política e jurídica, de igualdade e autonomia, já conquistada com a entrada do Brasil na união dos reinos de Portugal e Algarves, pela sua eleição a reino, em 1815.

Enquanto as hostilidades das

Côrtes de Lisboa se manifestavam, apenas, contra o Brasil, manteve-se o Príncipe Regente obediente às ordens que de lá vinham chegando a fazer juras de fidelidade e lealdade, escritas com seu próprio sangue. Quando, porém, na sua imprudência e inabilidade, passaram essas Côrtes a também hostilizar o Príncipe, sua aliança com o Brasil tornou-se forçada e automática para combater o inimigo que se fizera comum.

Desde então, com as medidas cada vez mais compressoras que iam tomando contra o Brasil e o Príncipe, foram-se acirrando os ódios contra essas Côrtes, que D. Pedro, nessa altura, chamava de: facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas. O grito do Ipiranga foi a gôta que transbordou do cálice de indignação do Brasil e do Príncipe, diante das últimas medidas, humilhantes e opressivas, daquelas Côrtes, chegadas ao conhecimento de D. Pedro quando em caminho de Santos para S. Paulo, encontrava-se às margens daquele pequeno rio.

Até a proclamação da Independência, D. Pedro e José Bonifácio estiveram juntos, amigos e aparentemente aliados. Ultrapassado pelos acontecimentos e para não perder o Brasil, como lhe recomendara o pai, salvando-o ao mesmo tempo da anarquia, foi D. Pedro levado a aderir, provisoriamente, ao partido nacionalista, mantendo sempre, no entanto, a idéia de reunir novamente os dois reinos.

Sua hostilidade era apenas contra as Côrtes de Lisboa que menoscabavam a realeza, humilhando e anulando o pai e a éle, o Príncipe herdeiro, reduzindo a um Capitão-mor de província ultramarina ou a um *rapazinho* necessitando de adquirir instrução para vir a executar sua função de rei. Só contra estes portugueses se manifestavam sua hostilidade. Aos outros, ao resto da nação portuguesa, instituições públicas ou individuos particulares, não lhe davam o coração ou os interesses, motivos para inimizades. Assim, seus atos de guerra contra Portugal foram frouxos e dúbios e caíram no seu desagrado, como também no dos ministros que escolheu após a dissolução da Assembléia, todos aqueles, que, como Cochran, cumprindo ordens recebidas, o faziam ao pé da letra, tratando os portugueses como inimigos. Francisco Gomes da Silva, homem de cultura e coração fiel, a quem os historiadores teimam em aviltar chamando-o pejorativamente, por "chalaça" e que conhecia como ninguém os sentimentos íntimos do Imperador, declara em suas "Memórias" que: "S. M. não deixava de queixar-se extremamente da necessidade em que se vira de manter essa aparência de hostilidade".

Enquanto tinha D. Pedro um procedimento ambíguo, que, inimizando-o com os brasileiros levou-o, afinal, à abdicção, José Bonifácio, tomando a sério a independência, agia no sentido da separação absoluta dos dois rei-

nos o que conseguiu, realizando, em seguida, a unidade e a consolidação, usando da Marinha como agente, nessa última e magna tarefa.

Desde então, acentuou-se entre D. Pedro e José Bonifácio o visceral antagonismo de idéias e ideais que se havia estabelecido e que, tratando-se de homens temperamentais e autoritários, como eram ambos, teria de levar, como levou, a uma dissociação realizada explosivamente.

Assim, o que a Nação deve a José Bonifácio através da Marinha Nacional, não foi a idéia de organizá-la, pois isso estava na convicção de todos e nem foi, também, o muito que fêz para dotá-la de navios e respectivas guarnições, tomando iniciativas ou aceitando sugestões. O grande serviço por êle prestado, está nas Instruções que, através do Ministro da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, deu a Cochrane para o desempenho de sua missão, que seria, diziam essas Instruções: demandar a Bahia, pondo aquêle pôrto em rigoroso bloqueio, destruindo ou tomando tôdas as forças portuguesas que encontrar e fazendo todos os danos possíveis aos inimigos do Império. E não só propósitos perfeitamente definidos se continham nessas instruções como também carta branca para "obrar como fôr conveniente contra as forças inimigas:

Dando assim à campanha que a Marinha ia empreender o cunho nacionalista de suas próprias convicções, imprimiu Jo-

sé Bonifácio na força executante, o espirito de ofensiva, sem o qual nenhuma ação militar chega à vitória, o que proporcionou a Cochrane e suas guarnições a realização da extraordinária campanha, finda a qual, entraram todos os brasileiros, os da independência, os de hoje e, praza aos céus, os do futuro, na posse do que é seu maior patrimônio — êste belo País, na sua unidade e imensa grandeza territorial.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO VICE-ALMIRANTE MARIO COSTA FURTADO DE MENDONÇA, NO DIA 13 DE JUNHO PP. NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

"Precisamente há dois séculos, no dia de hoje, havido de Bonifácio José de Andrada, e de sua digníssima consorte, Dona Maria Bárbara da Silva, nascia, na então modestíssima Vila de Santos, aquêle a quem os fados da predestinação dariam a condição de ser, um dia, o Patriarca da Independência, o Pai da Pátria, o Fundador das nossas instituições militares, aquêle a quem os brasileiros cõscios do seu dever nesta data, numa demonstração de civismo, de gratidão, reverenciam no bicentenário de seu nascimento — José Bonifácio de Andrada e Silva.

Homem privilegiado. Inteligência precoce, pôde ser tudo o que quis. Jovem, prepara-se, no Brasil, para o ingresso na esco-

la superior. Estuda Retórica e Filosofia. Dedicar-se às línguas vivas. Seus biógrafos afirmam que sua ilustração neste particular era a mais assombrosa: "chegou a falar corretamente seis idiomas diferentes e a compreender perfeitamente onze". Frequentemente, em Portugal, para onde viajou em 1783, a Universidade de Coimbra. Aí cursa Filosofia Natural e Direito. Classificaram-no, "principal figura acadêmica do seu tempo". Impõe-se, desde logo, como homem de saber. É chamado às lides funcionais do Estado. Ingressa a seguir, pelas mãos do Duque de Lafões, influente vulto das Côrtes Portuguesas, seu amigo e protetor, na Academia de Ciências de Lisboa. É quando sua estréla começa a brilhar no horizonte da Intelligência.

Inicia, então, pelos centros mais cultos da Europa, indicado pela Academia, uma longa peregrinação científica.

Liga-se, em Paris, à Escola de Lavoisier, aperfeiçoando seus conhecimentos de Química, de Botânica e de Mineralogia, oportunidade em que escuta os ensinamentos de Chaptal Fourcroy, Jussieu e Haüy, renomados cientistas da época.

Transfere-se para Freyberg, na Saxônia, em cuja Academia de Ciências pontificava o famoso mineralogista Abrahão Gottlob Werner. José Bonifácio junta-se aí, como discípulo e amigo, a Alexandre Von Humboldt, o futuro e extraordinário mineralogista alemão.

Em Paris, Itália, faz-se aluno

de Volta, o famoso físico, descobridor da pilha úmida acidulada, de cobre e zinco.

Suficientemente preparado, dedica-se à análise do solo em diferentes regiões da Europa. Investiga depósitos que a Terra guardava em seu seio descobrindo na Escandinávia doze novos minerais.

Sua fama como mineralogista ultrapassava o domínio do comum. Seus estudos eram conhecidos na França, na Itália, na Alemanha, na Bélgica, Holanda, Dinamarca, etc.

São passados dez anos. Era tempo de retornar a Portugal. Criam, para ele, em Coimbra, a cátedra de Metalurgia e Geognosia, a qual ilustrou com as luzes de seu saber, êste mesmo saber que lhe exigiu esforço e lhe deu capacidade para acumular seis atividades distintas que lhe exauriam as energias: atividades científicas, umas; administrativas, outras.

Vem a época da invasão de Portugal pelas tropas de Junot, essa invasão que iria ser a causa futura da transmutação do cientista em político. Invasão benéfica para nós brasileiros porque abriria dentro em pouco, as portas do Mundo para uma nova Nação, um novo Império.

José Bonifácio cumpre, ante o invasor, o seu dever cívico. Alista-se como major, chegando a tenente-coronel.

Cessada a refrega, o nosso homenageado de hoje, como certificam os seus geógrafos, está no fastígio de sua situação de cientista de prestígio internacional.

São-lhe outorgadas as maiores honrarias com o seu ingresso nas mais reputadas entidades de Ciência da Europa. É assim que vamos encontrá-lo na Sociedade Filomática de Paris e na de História Natural da mesma cidade; na Sociedade de investigadores da natureza, de Berlim; na Academia Real de Ciências, de Estocolmo; na Sociedade Mineralógica, de Viena; na Academia Real de Ciência de Turim; na Sociedade Weneriana, de Edimburgo; na Academia Real das Ciências, de Copenhague; na Sociedade Lineana, de Londres; na de Ciências Físicas e História Natural, de Gênova e na de Ciências Filosóficas, de Filadélfia. Do Instituto de França, o mais famoso da época, era sócio correspondente na respectiva Academia de Ciências.

Quase uma centena de trabalhos diversos, afora os que se perderam constituiu a contribuição desse homem extraordinário para as letras da Ciência e da cultura humanística.

Até aqui vimos, perfunctória-mente José Bonifácio como Homem-Ciência, homem de cultura excepcional, como um privilegiado da Inteligência; José Bonifácio que deixara na afirmação de Silvío Romero, os bancos da velha universidade coimbrã, bacharelado em lei e filosofia, para palmilhar a Europa, então conflagrada pelas campanhas da última década do século XVIII, confinando o seu largo espírito às profundas pesquisas que lhes permitiram, como discípulo de Lavoisier, de

Jussieu, de Werner, e de Volta, enriquecer o patrimônio científico com valiosas descobertas mineralógicas, granjeando nomeada entre os primeiros naturalistas do seu tempo; José Bonifácio que regressava a Portugal — segundo a frase de Latino Coelho — “festejado por nacionais como uma das suas glórias, saudado por estrangeiros como um consumado sabedor, inscrito nos seus catálogos pelas mais notáveis academias que o igualam na honra e veneração aos cultores mais ensinantes da ciência contemporânea”. Até aqui falamos da conduta correta de José Bonifácio que, abandonando os variados e honrosos encargos em que o investira o governo se pôs em armas para repelir a invasão francesa, do que éle próprio dá testemunho, em discurso histórico que proferiu como secretário da Academia de Ciências de Lisboa, dizendo: “Em tão arriscadas circunstâncias mostrei, senhores, que o estudo das letras não despenda as armas, nem embotou um momento aquela valentia que sempre circulara em nossas veias, quer nascêssemos aquém ou além do Atlântico...”

O PATRIARCA

Do lado de cá, já coroado rei, D. João VI sente que os laços que uniam Portugal e Brasil estão ameaçados de se desfazerem.

Realmente, a coincidência da Revolução Pernambucana de 1817 com os primórdios do Mo-

vimento Constitucionalista de 1820 em Portugal, pelo qual, afirma Luis Osório, a antiga metrópole exacerbada pela hegemonia brasileira procurou reivindicar seus privilégios, prova que o *Reino Unido* de Portugal, Brasil e Algarves, como retardaria solução adotada, fôra insuficiente para satisfazer as aspirações brasileiras bem como para dirimir as queixas de Portugal desde muito se considerando, pela inversão de papéis, reduzido à colônia do Brasil, donde vinham, desde 1808, os alvarás e cartas régias por que se governava.

Todavia, opina Homero Batista, daquele singular constitucionalismo, lá vitorioso, que se trazia para a antiga colônia em extorsivo e prepotente despotismo, foi consequência imediata o definir-se, de maneira radical, a diferenciação nacionalista entre brasileiros e portugueses, a que se seguia necessariamente a ardente cogitação da independência pela "Separação" da metrópole. A posição recíproca dos dois países ofereceram duas soluções: Portugal colônia do Brasil, ou o Brasil colônia de Portugal.

Melo Moraes que dispôs do arquivo de Vasconcelos de Drummond, antigo secretário do Gabinete do Ministro de D. João VI, Tomás Antônio Vila-Nova Portugal, faz certo o seguinte: por ocasião da aclamação de D. João VI, aquele ministro falou claramente ao seu rei e ao seu amigo, mostrando que "*a união do Brasil com Portugal não po-*

dia durar muito tempo..."; que se S.M. tinha saudades do berço de seus avós, regressasse a Portugal; mas se queria ter a glória de fundar um grande e poderoso Império, e fazer da nação portuguesa uma das maiores potências do globo "*ficasse no Brasil*", e acrescentou: onde Vossa Majestade ficar é seu; *a outra parte há de perder*.

Homem indeciso, não se mostrou o monarca capaz de uma atitude definitiva. Contemporiza na esperança de encontrar uma solução salvadora junto aos brasileiros, mostrando melhor disposição para com eles. Vila Nova Portugal, seu Primeiro Ministro, sugere-lhe mandar buscar para o Governo, como seu ajudante, um brasileiro que, depois de experimentado, pudesse vir a ocupar a Pasta, substituindo-o.

A predestinação se incumbiria de trazer José Bonifácio de volta à Pátria. Ordens são expedidas a Portugal para que aquele cientista se transporte ao Rio de Janeiro. A História consigna a recusa do governo metropolitano europeu a cumprir a ordem do monarca, "temeroso de que o valoroso Andrada viesse a convulsionar o Brasil, dadas as tendências separatistas que timbrava em proclamar". Insiste, porém, o rei, e José Bonifácio chega ao Rio de Janeiro em fins de 1819, terra que deixara havia 36 anos. Volta saudoso do seu berço natal, volta experimentado e disposto a cumprir a missão histórica que o Destino lhe reservara.

Não aceita participar das atividades do Governo que lhe fo-

ram oferecidas. Prefere retornar à sua vila, ao seio da própria família, para um repouso merecido.

Volvamos à efervescência política que dominava o momento. Deixemos que aqui fale Pedro Calmon, com a sua autoridade de historiador insigne:

"A Maçonaria desenvolvia tentáculos por todo o País (numa sublime junção de interesse e energias, que podia articular, num só movimento, o Brasil inteiro... Seu espírito de nacionalismo é patente, ela ainda está no berço e resistindo às pretensões assimiladoras da congênera reinol. Grandemente comprometida em 1817, perseguida daí em diante, condenada a funcionar num sigilo sobressaltado, cindida em correntes, adormece até o findar de 1820. Seu despertar é nacional em 21".

As "idéias do século", os princípios democráticos franceses, encontram sadio e fértil o terreno do impressionismo brasileiro. Germinaram facilmente com a naturalidade das culturas adequadas, num rápido evoluer biológico, que era o próprio espírito da nova sociedade em eclosão de forma. Tomam todos os cérebros, radicam fundamentalmente nas almas, expandem-se numa propagação de cruzada, assumem o caráter de religião cívica, peiam no torno dos seus dogmas todos os jovens entusiasmos e arrebanham fanáticos nas próprias rodas oficiais da velha aristocracia palaciana.

Esta a situação que se esboçava ante José Bonifácio ao re-

tornar à Pátria. Embora desejasse como declarara, ao declinar do convite para participar do Governo, "ir viver e morrer como simples roceiro no lugar em que nascera", não podia fugir ao fluxo das "idéias que rompem cérebros" e deixar de pôr-se ao serviço dos que lutavam pelos mesmos ideais que ele esposava desde muito: a emancipação da sua Pátria. E participa, então, do drama nacional desenvolvido no espaço e no tempo.

De ânimo mergulhado nesse credo desenvolveu-se-lhe a trajetória do tribuno, já assomando formoso e luzente, vai e subindo às amplidões da mais intensa irradiação.

Demais, é ainda Calmon quem o afirma, tinha José Bonifácio conhecimento como mais tarde certificava ao Ministro da Áustria, de uma perigosa trama diplomática que urdia a ex-metrópole, e a qual, uma vez perfeita, grandes sacrifícios imporiam à obra nacional. Era a existência de um tratado ofensivo e defensivo de Portugal com a Espanha, contendo o compromisso da restituição de Montevidéu; a negociação de um empréstimo na Inglaterra, sob a garantia da Ilha da Madeira, para obter recursos com que dominar a reação brasileira...

A Ciência, pois, que dominava as idéias de José Bonifácio, cede lugar ao Político, figura preponderante de um grupo de patriotas apercebidos para as exigências complexas do momento.

Ele sabia, como acentuou de-

pois Euclides da Cunha, que o Brasil era amplo de mais para os seus poucos milhões de povoadores.

Além disto, à contigüidade territorial, delineada numa costa inteiriça, contrapunha-se completa separação de destinos.

Os vários agrupamentos em que se repartia o povoamento rarefeito, envolvendo emperradamente sob o influxo longínquo dos alvarás da metrópole, e de todo desquitados entre si, não tinham uniformidade de sentimentos e idéias que os impelisse a procurar na continuidade da terra a base física de uma Pátria.

Formações mestiças, surgindo de uma dosagem variável de três raças divergentes em todos os caracteres, em que as combinações dispare e múltiplas se engravesciam com o influxo diferenciador do meio físico, de par com as mais opostas condições geográficas, num desdobramento de 35° de latitude — chegavam, ao alvorecer da nossa idade, com os traços denunciadores de nacionalidades distintas.

Dizem-no todos os sucessos dos tempos anteriores.

O drama da Inconfidência terminara recentemente no sul, sem que o seu desenlace trágico comovesse o norte, onde, por sua vez, em quadra remota, a luta contra os batavos se abria e se encerrara com o divórcio completo das gentes meridionais.

Entretanto, sobre estas divergências de ordem política reinava inteira uniformidade nas situações mental, moral e social

da colônia. As duas primeiras tinham o lastro uniforme das crenças católicas triplamente inquinadas pelas superstições medievais, pelo feiticismo indígena e pelo animismo africano; e a última, caracterizando um estado semibárbaro em que todo mérito estava na coragem pessoal e todo prestígio na glória militar repousava sobre a escravidão.

Destarte, insulados no País vastíssimo em que se perdiam, os nossos patricios da época emancipadora tinham frágeis laços de solidariedade. Distanciava-os profundamente as discordâncias étnicas. A diretriz da nossa História retorcia-se sem uma caracterização precisa, em movimentos parcelados, estritamente locais. E punha-se de manifesto um colorário único: a formação de algumas repúblicas turbulentas, sem a afinidade fortalecedora da uma tradição secular profunda.

Alguém, porém, cuja missão prejudicial é, hoje, ponto incontroverso, malgrado o brilho de uma glória militar que se discute, sem o querer, ia realizar completa transmutação em nossos destinos: — Napoleão! Faz transmigrar a Corôa para o Brasil, invertendo, como já vimos, os fatores dominantes decorrentes da posição política que a sede do Reino lhe conferia momentaneamente.

Passados os treze anos de tranquillidade governamental no Brasil D. João VI teve que retornar a Portugal, decidindo-se agora pela Pátria de origem, como era seu dever, embora sabendo que

o seu Reino se fragmentaria com a perda do Brasil.

Os acontecimentos que precederam a Independência não estão em jôgo, por isso, e para não nos alongarmos em demasia, escusamo-nos de relatar.

Foi Basílio de Magalhães, cremos, quem há anos, lançou na Imprensa alto protesto contra a injustiça dos que procuravam ferir a memória imaculada de José Bonifácio, subtraindo, tendenciosamente, seu nome glorioso de Patriarca da Independência dos compêndios escolares. Entretanto, João Armitage, seu contemporâneo, Latino Coelho, Oliveira Martins, Euclides da Cunha, Clóvis Beviláqua, Oliveira Lima, Rio Branco, Silvio Romero, João Ribeiro, Pedro Calmon, Alberto de Sousa, Costa Franco, Tarquinio de Sousa e Lucas Boiteux, só para citar estes, reconheceram nêle o estadista do movimento. Clóvis Beviláqua assim o emoldurou: "A ingente tarefa de o dirigir (referese ao movimento) estava reservada à alma de peregrina formosura moral do sábio, do completo político, do poeta e filósofo que, afirmando o valor da nossa raça na glória do gênio e da virtude, foi um dos tipos mais complexos e mais interessantes da História da América, a que arremata Euclides da Cunha: "foi a notável missão de José Bonifácio, cujo ministério salvou a revolução, com um política terrível, de Saturno: esmagando os revolucionários".

Sombream-no, com efeito, ante uma observação superficial,

medidas odiosas: destruiu a liberdade de imprensa, suprimindo os jornais que o aplaudiam na véspera; e, com rigor excessivo, arredou da cena ruidosa em que eram protagonistas, Clemente Pereira, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, desterrando-os para o Rio da Prata e para a França.

É que o grande homem vingara, um lance genial, o fastígio de uma crise, salvando a unidade da Pátria, afastando, talvez contra seu próprio ponto de vista, os ideais republicanos para permitir a alternativa da intervenção monárquica, que foi decisiva, oportuna e benéfica".

ORGANIZAÇÃO DA MARINHA NACIONAL

Com a transmigração da Família Real para o Brasil, acompanhou-a o que havia, em Portugal, da Marinha de Guerra. Aqui se estabeleceu e aqui ficou essa instituição sem evoluir. Com o retôrno do Monarca, da Marinha que êle trouxe pouco, ou quase nada ficou, e êste pouco que restou, desorganizado, era incapaz de uma ação decisiva na manutenção da Independência.

Chegamos ao fim. Nosso propósito é mostrar que o desenrolar dos acontecimentos após o Grito do Ipiranga, faria caber à Marinha o papel preponderante de consolidar a nossa Independência e de manter a unidade da Pátria.

Vamos recorrer para isso, à opinião dos historiadores:

Diz Armitage: "As cidades da Bahia, Maranhão, Pará e Montevidéu permaneciam dominadas pelas tropas portuguesas, sustentadas por fôrças navais bem equipadas, porém como adiante veremos a energia e a previdência de José Bonifácio haviam preparado os meios para serem prontamente lançadas fora". Diz mais adiante que José Bonifácio se havia oportunamente compenetrado da necessidade de expelir as fôrças portuguesas de todos os pontos do Império que ainda por elas eram ocupados...

Aumentou a Marinha de Guerra, e fizeram-se proposições a Lord Cochrane, que então residia em Quintera, no Chile, convidando-o a tomar o comando da Esquadra brasileira. O Lord conveio, impondo as mesmas condições sob as quais havia tomado o comando da esquadra chilena com o aditamento de lhe serem pagos pelo Governo imperial sessenta mil pesos duros, que lhe devia o do Chile, no caso que prestasse serviços ao Brasil.

Antes da chegada dêste chefe, a antiga inércia que se observava no Arsenal de Marinha foi substituída pela maior atividade; abriu-se uma subscrição voluntária para o aumento da Marinha de Guerra, e que foi preenchida com o maior entusiasmo. Todos os vasos que estavam desarmados se armaram, inclusive uma única nau cujas madeiras se reputaram ainda em bom estado. "Foi, contudo, impossível tripular os navios com marinheiros nacionais, visto que a

navegação costeira era tôda feita por portugueses, consequentemente mandaram-se ordens a Felisberto Caldeira Brandt, que havia sido nomeado Encarregado de Negócios do Brasil em Londres, para engajar oficiais e maruja, propondo-lhes condições a elles mui vantajosas".

Esta informação é reforçada por estoutra de Alberto de Sousa, um dos mais autorizados pesquisadores da vida dos Andradas:

"Não descansava, entretanto, José Bonifácio nos seus ingentes esforços de organizar uma esquadra de guerra mais eficiente pela sua homogeneidade, pelo seu valor e pela reputação técnica do marinheiro a quem devesse confiar o respectivo comando. Era preciso liquidar o caso da Bahia, antes que de Portugal chegasse novos reforços bélicos e, ao mesmo tempo, aparelhar-se para defender a obra da Independência contra qualquer futura tentativa recolonizadora de ex-metrópole". Refere-se a seguir à contratação de Cochrane, e concluiu: "Enquanto, porém, tratava da reorganização das fôrças de terra e mar, de que precisávamos para jugular a dominação portuguesa ao Norte, cuidava o Primeiro ministro de expedir os atos iniciais indicadores de nossa nascente soberania como pátria independente. É assim que no dia 18 de setembro foi expedido o decreto instituindo a Bandeira Nacional e o Escudo de Armas, "não só para que se distingam dos de Portugal e de Algarves, até agora reunidos, mas que sejam caracte-

rísticas dêste rico e vasto Continente”.

“Não divergem das afirmações anteriores os historiadores Costa Franco, João Ribeiro e o insigne almirante Lucas Boiteux que assim se expressa:

“D. Pedro lançou o retumbante Grito do Ipiranga. A guerra contra Portugal fôra declarada. Arregimentavam-se tropas terrestres. A mocidade entusiástica acorria às armas. Mas, a velha metrópole era senhora do Mar.

“O egrégio ministro e estadista que foi José Bonifácio, o Patriarca, com a sua inteligência arguta, com a larga visão política de que era dotado, muito bem compreendia que jamais alcançaríamos a cobiçada Independência sem uma Marinha forte, disciplinada, eficiente, capaz de varrer vitoriosamente dos nossos mares as poderosas fôrças navais de Portugal, que mantinham livres e desafogadas as comunicações entre a metrópole e os pontos estratégicos do nosso estirado litoral e êstes entre si, occupados como se encontravam por destacamentos militares bem aparelhados”.

E assim finaliza:

“Tanto a Martim Francisco, como ao seu egrégio irmão José Bonifácio, é a Marinha de Guerra Nacional devedora de eterno reconhecimento e de profunda gratidão. Ao imortal Patriarca, mercê de seu talento aliado à percepção clara do vero estadista, deve ella a sua organização e aparelhamento — officiais, maru-

jos, navios e à frente dêles o intrépido Cochrane”.

A isso acrescenta Tarquinio de Sousa:

“José Bonifácio era obrigado a cuidar de assuntos que transcendiam as suas atribuições no Governo, embora o fizesse com prazer e até inevitavelmente, dado o sem feito transbordante e absorvente. Mas o certo é que o Imperador, pôsto que inteligente e com muitos dons de sedução pessoal, não tinha experiência da vida pública.

Desde logo José Bonifácio se convenceu da necessidade de criar uma Marinha de Guerra que seria instrumento capaz de dar remate à Independência e de colocar o País a salvo de possíveis aggressões e desembarques de tropas da antiga metrópole”.

Como se viu, José Bonifácio revela-se naquela circunstância o Patriota extreme, e clarividente ao attribuir o comando-geral da Armada a Cochrane, o qual se patenteia o general capaz e o tático consumado que soube tirar do seu prestígio e da sua reputação as vantagens da frota inferior, que dispunha para lutar contra múltiplos navios inimigos.

Senhores:

A ênfase que a Marinha brasileira vem dando às comemorações nesta efeméride do bicentenário do nascimento da maior e inconfundível figura da nossa Independência, senão da nossa História — José Bonifácio de Andrada e Silva —, fazendo celebrações, através dos seus re-

presentantes, no País e no exterior, deslocando inclusive navios para que suas guarnições reverenciem a memória do Patriarca no próprio Panteão que guardam seus restos sagrados, e onde, também, a nossa primeira autoridade naval, Sua Excelência o Sr. Ministro da Marinha estará inaugurando, hoje, uma placa celebrativa e de agradecimentos da sua corporação, tem a nossa Marinha, repito, sobejas razões para assim proceder, realizando ato de marcante justiça, pôsto que rende culto à verdade histórica face à obra realizada por José Bonifácio para a grandeza da Pátria que êle criou una e eterna.

Não vacilemos em reconhecer, como diria Euclides da Cunha:

“Somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política. Vimos, de um salto, da homogeneidade da Colônia para o regime constitucional. Dos alvarás para as leis. E ao entrarmos de improviso na órbita dos nossos destinos, fizemo-lo com um único equilíbrio possível naquela quadra: o equilíbrio dinâmico entre as aspira-

ções populares e as tradições dinásticas. Sômente estas, mais tarde permitiriam chegar à República conciliando entre “o Progresso e a Ordem” que tanto almejamos para a felicidade da nossa estremecida Pátria e para honra de seu Fundador.

Desculpando-me de haver roubado o tempo precioso de Vossas Excelências com a imperfeição de uma oração que deverá caber aos mais eruditos, aos que têm vocação para as letras, e não a mim que sou, apenas, marinheiro, desejo agradecer a Vossa Excelência, Sr. Comandante desta Escola que é cenáculo da cultura eclética, Escola de luzes do aperfeiçoamento intelectual e profissional, a insigne honra com que me distinguiu para orador nesta solenidade.

Ao Patriarca da Independência, ao criador da Marinha brasileira, melhor diria, de nossas instituições armadas, — José Bonifácio de Andrada e Silva — a profunda reverência e gratidão dos seus pósteros nesta efeméride comemorativa do bicentenário de seu nascimento.”

